



REPÚBLICA PORTUGUESA

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS, PATRIMÓNIO
E CARGOS SOCIAIS DOS TITULARES
DE CARGOS POLITICOS E EQUIPARADOS

Modelo Único

CAPÍTULO I (artigo 4.º da Lei n.º 4983, de 2 de abril, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto e da Lei n.º 38/10, de 2 de setembro)

Presidente da Câmara Municipal de Loures

FACTO DETERMINANTE DA DECLARAÇÃO (artigos 1.º e 3.º, n.ºs 1 e 3, da Lei n.º 4983, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto e da Lei n.º 38/10, de 2 de setembro):

Início de funções em 20.10.2011

Cessação de funções em

Atualização em

(Indicar apenas a data do facto que determina a apresentação da declaração)

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

Nome completo José Daniel Machado Gomes

Endereço (rua, número e andar) Rua de Horizonte, 678

Localidade Caiada da Rei

Código postal 4620-054 Caiada da Rei telefone (96) 1874465

Freguesia Caiada da Rei Concelho Loures

Bilhete de identidade n.º 100.82344 Arquivo de

Número fiscal de contribuinte 184668906 Sexo masculino

Natural de Silves, Loures Nasceu em 9.04.73

Profissão principal Suplente

Estado civil (se casado, indicar o nome completo do cônjuge e o regime de bens) Casado com

Luís Carlos Fonseca da Silva no regime da
comunhão de adquiridos



Capítulo I - RENDIMENTOS BRUTOS, PARA EFEITOS DA LIQUIDAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

Rendimentos brutos, segundo as respectivas categorias e seus montantes, constantes da declaração apresentada para efeito de liquidação do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares relativo ao ano de 2016, (ou que da mesma declaração, quando dispensada, devessem constar), excluídos os rendimentos do cônjuge ou de dependentes:

a) Rendimentos do trabalho dependente	62.138,66
b) Rendimentos do trabalho independente	
c) Rendimentos comerciais e industriais	
d) Rendimentos agrícolas	
e) Rendimentos de capitais	
f) Rendimentos prediais	
g) Mais-valias	
h) Pensões	
i) Outros rendimentos	

Capítulo II - ATIVO PATRIMONIAL

II-A - PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Consideram-se bens do patrimônio imobiliário os prédios, rurais ou urbanos, aí se englobando as plantações, edifícios ou construções de qualquer natureza, neles incorporados ou assentes com carácter de permanência, ainda que estejam isentos da contribuição autárquica.

Os referidos bens são, para o efeito da declaração, identificados pela respectiva situação, indicação da sua natureza rústica ou urbana, sumária descrição, bem como pela respectiva inscrição registral.

DESCRIÇÃO (indicando primeiro os bens situados no País e depois os situados no estrangeiro):

1. Imóvel urbano sito na Rua do Hortigão, freguesia de São João do Rio, concelho de Vila Real, composto de um edifício destinado a armazém, inscrito na respectiva matrícula no 1.º livro 1427;

2. Imóvel urbano sito na Rua do Hortigão, freguesia de São João do Rio, concelho de Vila Real, composto de um edifício destinado a habitação, inscrito na respectiva matrícula no 1.º livro 1693.

H-A - PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO (continuado)

DESCRIÇÃO indicando primeiro os bons sujeitos no País e depois os situados no estrangeiro;

II-B - QUOTAS, AÇÕES, PARTICIPAÇÕES OU OUTRAS PARTES SOCIAIS DO CAPITAL DE SOCIEDADES CÍVIS OU COMERCIAIS

Os elementos patrimoniais são descritos pela indicação da respectiva natureza, quantidade e valor nominal e pela identificação da sociedade civil ou comercial a que se reportam, através de menção da respectiva firma ou denominação social, sede e data de constituição. Tratando-se de sociedade irregular, é feita menção deste facto.

DESCRIÇÃO (indicando primeiro os bens situados no País e depois os situados no estrangeiro):

II-C - DIREITOS SOBRE BARCOS, AERONAVES OU VEÍCULOS AUTOMÓVEIS

Consideram-se integrados nesta rubrica os direitos reais sujeitos a registo relativamente a:

- a) Barcos que se destinem a recreio ou a qualquer actividade de natureza comercial ou industrial;
- b) Aeronaves, de uso particular, qualquer que seja a finalidade da sua utilização, ainda que de recreio;
- c) Automóveis, tanto ligeiros como pesados, de carga ou mistos, ou motocicletas de passageiros.

A descrição destes bens é feita através da menção da respectiva matrícula, marca, classe, tipo e modelo.

DESCRIÇÃO (indicando primeiro os bens situados no País e depois os situados no estrangeiro):

- 1 - Veículo ligeiro de passageiros, marca FIAT, modelo LEO 1700, Gran a matrícula 47-02-BL
- 2 - Veículo ligeiro de passageiros, marca TOYOTA, modelo AVEZIS, com a matrícula 37-95-XA

II-F - OUTROS ELEMENTOS DO ATIVO PATRIMONIAL

Consideram-se integrados nesta rubrica os estabelecimentos comerciais ou industriais, incluindo os de indústria agrícola, de que o declarante seja proprietário na qualidade de empresário em nome individual.

percepção indicando primeiro os bens situados no País e depois os situados no estrangeiro;

Modo de apresentação da declaração (a)

Identificação da identidade do declarante e/ou do apresentante (b)

RECIBO

Declaro que recebi a presente declaração em duplicado, a qual devolvo com a presente nota de recebimento.

Tribunal Constitucional, de 18 DEZ 2017 de

Para efeitos de passagem

(a) Entregue pelo próprio ou por representante na enviada pelo correio.

(b) Se necessário, anotando-se então o modo incoadunadamente o documento utilizado para a verificação da identidade do apresentante, anotando-se o respetivo nome, residência e documento de identificação.

Artigo 14.º do Decreto Regulamentar n.º 1/2006, de 9 de março

- 1 - As declarações de rendimento, património e cargas sociais dos titulares de cargos públicos e equiparados são apresentadas em duplicado na Secretaria do Tribunal Constitucional, sendo ser entregues pessoalmente pelo obrigado à sua apresentação, ou por pessoa que o represente, ou ainda enviados pelo correio, sob resguardo.
- 2 - Em caso de dúvida, a Secretaria do Tribunal Constitucional pode solicitar a aprovação da entrega da declaração ou a identificação do apresentante, o que pode ser feito por qualquer meio adequado e legítimo admitido para o efeito, designadamente pela apresentação e conferência do correspondente documento de identificação.
- 3 - A Secretaria do Tribunal Constitucional devolve ao declarante o duplicado da declaração, apódo na mesma nota de recibo.